

**A FESTA DOS SANTOS REIS EM GOVERNADOR MANGABEIRA-BA:
A Ressignificação da Tradição.**

Alex Sandro da Conceição Brandão¹

Resumo: Estudar os festejos em louvor aos Santos Reis, consiste em analisar o significado desta manifestação de caráter religioso marcante no Recôncavo Baiano, especificamente para os moradores da Comunidade Rural de Aldeia, (Gov. Mangabeira), que tem os Reis Magos como padroeiros da referida comunidade. Além disso, tenta perceber como essas pessoas compreendem o processo de reinvenção que a tradição de festejar os três reis magos vem passando ao longo do tempo por uma necessidade de se readaptar a um novo contexto, uma vez que as tradições não significam sobrevivência de antigas formas e práticas congeladas no tempo, mas sim, sua capacidade de agregar e articular novos elementos, com as praticas tradicionais, possibilitando, dessa forma, uma nova configuração.

Palavras-chave: Festa, memória, tradição.

A festa dos Santos Reis simboliza um momento de alegria e de esperança para o catolicismo popular, pois anuncia a chegada do novo ano e, com ele, a esperança dos devotos dos Santos Reis em realizar os sonhos de melhores condições de vida, de saúde, além de completar o ciclo de comemorações e homenagens prestadas por reis de diferentes lugares do mundo à chegada de Jesus, que no imaginário cristão é o filho de Deus, outro rei que veio ao mundo para Salvar a humanidade. Essa manifestação de caráter religioso popular se engendra no ciclo das comemorações natalinas, realizadas no período de 24 de dezembro a 06 de janeiro, momento do encontro dos três Reis Magos com o menino Jesus e sua divulgação para a sociedade como o Salvador. Segundo o pesquisador Guilherme Porto,

Folia de Reis pode ser entendida como os cortejos de caráter religioso popular, que se realiza em vários estados do Brasil, entre o Natal e a Festa de Reis (06 de janeiro), reproduzindo idealmente a viagem dos Magos a Belém, para adorar o Menino Jesus.²

Nesse período da natividade é comum os Ternos de Reis saírem pelas casas da vizinhança, cantando e tocando músicas profanas e sagradas para louvar esse ciclo de comemoração festiva para o catolicismo popular. Essa viagem ritualística passando nas casas dos vizinhos, na festa dos Santos Reis em Aldeia, não é mais praticada devido ao processo de resignificação que ela vem sofrendo ao longo da história, sendo as comemorações concentradas na praça da comunidade onde está localizada a igreja dos

Santos Reis, espaço onde acontecem as celebrações sacras (novenas e missa) e, na área externa, as comemorações profanas, durante os dias dedicados a essa manifestação festiva.

Temáticas como a festa dos Santos dos Reis não eram vista como objeto do estudo da história, mas, a partir da primeira metade do século XX, verificou-se um movimento de renovação teórico-epistemológico, principalmente na França na década de 1930, com a Escola dos Annales liderada por Lucian Febvre e Marc Bloch, que procuraram alargar o campo de atuação do historiador, no qual a história política e militar foi cedendo espaços para a história econômica, a história social, a história cultural, enfim, a história constrói um corpo teórico metodológico que visa abarcar todo o fazer humano, chegando a dimensões jamais possíveis e aceitas pela filosofia positivista, pelo fato de acreditarem que não poderiam ser historicizadas dentro de uma lógica racional.

É nesse contexto de reformulações, no campo da historiografia, que os conceitos de método de investigação, de objeto, de documentos utilizados para a construção de discursos sobre o passado, foram ampliados para além do documento escrito e oficial, ou seja, o historiador passa a fazer uso das diversas linguagens produzidas pelo homem para escrever a história.

Este percurso historiográfico fez-se necessário para demonstrar que pesquisar sobre a Festa dos Santos Reis em Governador Mangabeira- BA, utilizando como recursos metodológicos essencialmente a narrativa oral e a memória fotográfica, só se tornaram possível, em função das reviravoltas provocadas no campo historiográfico com o surgimento da Nova História que procurou dá enfoque à pluralidade das experiências humana, ampliando perspectivas de abordagens históricas, evitando assim a simples narrativa estanque dos fatos, sem a mínima interpretação do pesquisador sobre eles. Além do direcionamento da pesquisa para tudo aquilo que é resultado do construto humano, a Nova História alargou a noção de fontes históricas, possibilitando assim, ao pesquisador chegar a minúcias impensáveis pela história oficial e positivista, como enfatiza Bloch:

A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele. É curioso constatar o quão imperfeitamente as pessoas alheias a nosso trabalho avaliam a extensão dessas possibilidades. É que continuam a se aferrar a uma idéia obsoleta de nossa ciência: a do tempo em que não se sabia ler senão os

testemunhos voluntários. Criticando a “historia tradicional” por deixar na penumbra “fenômenos consideráveis”, porém “prenhes de conseqüências, mas capazes de modificar a vida futura do que os acontecimentos políticos, (...)”.³

Trazer para a discussão no campo da historiografia, uma manifestação da cultura popular, praticada em uma comunidade rural do Município de Governador, composta na sua maioria por afro descendente, homens e mulheres comuns, que não dominavam a linguagem escrita, onde seus costumes, suas experiências são transmitidas de geração para geração matizada pela oralidade, não seria possível sem o repensar das fontes para dar conta de eventos que são produzidos pelos homens fora do campo político, mas “prenhes” de relevância para a sociedade.

Assim, tornou-se central, nesta pesquisa, a utilização da fonte oral como recurso metodológico primordial para se chegar a dimensões do cotidiano desses sujeitos, inatingíveis pelas macroabordagens, porque, como ressalta Raphael Samuel, “há verdades que são gravadas nas memórias das pessoas mais velhas e em mais nenhum lugar; eventos do passado que só eles podem explicar, visitas sumidas que só eles podem lembrar”,⁴. Isso não significa excluir outras possibilidades, nem chamar para a fonte oral o centro da verdade histórica em detrimento de outras fontes, mas pensar que ela traz contribuições valiosíssimas para a ampliação do fazer história, já que todas as fontes são resultados do construto de sujeitos históricos; portanto, não existe fonte melhor que as outras e, sim, fontes históricas diferentes que em suas particularidades contribuem para o enriquecimento da produção historiográfica possibilitando a construção de respostas para novos problemas colocados pela dialética humana do viver em sociedade.

Telmo Marcon, ao estudar a cultura cabocla no Rio Grande do Sul, utilizando-se essencialmente de fontes orais, ressalta que, “progressivamente, as fontes orais deixaram de ser pensadas enquanto fornecedoras de informações em si mesmas, para serem reveladores de significados, de valores e de práticas sociais.”⁵ Portanto, cabe ao historiador relativizá-las e interrogá-las bem, a fim de que possa evidenciar características dos modos de viver dos sujeitos históricos, a partir do lugar social e cultural que esteja inserido. Dessa forma, utilizar a fonte oral não significa encontrar a verdade pura sobre os fatos, elas precisam ser interpretadas, buscando vestígios que se apresentam de forma sutil, pois a memória não segue uma sequência linear.

Além da fonte oral, a utilização da fonte fotográfica se faz importante neste trabalho, pois ela é mais um instrumento que possibilita analisar e compreender algumas práticas da festa em louvor aos Santos Reis, que, sem dúvida, não seriam evidenciadas sem a sua utilização. Porém, segundo Susan Sontag o “sentido da imagem fotográfica permite a presentificação do passado, que, todavia, só ganha sentido se tiver sido identificado e caracterizado”⁶, isto porque toda imagem se constitui em um texto que foi produzido atrelado a um contexto e sua compreensão é fundamental para se fazer uma boa leitura.

A festa, tomada como objeto de estudo dos historiadores, conforme pontua Istvan Jancson & Iris Kantor⁷, conquistou um espaço específico na historiografia a partir dos anos 70 do século XX, uma vez que, até então, se constituía num campo de domínio do folclore e da antropologia. Porém, os historiadores passaram a mergulhar nesse campo de estudo, procurando conhecer e refletir sobre as características dessa manifestação, e, através dela, compreender os modos de viver de uma coletividade, suas crenças, valores, costumes, tensões, comportamentos, relações de sociabilidade, práticas religiosas, enfim, como ressalta Bakhtin, a festa expressa uma “concepção de mundo,”⁸ ou seja, simboliza um momento que extrapola os limites da necessidade de descanso e lazer, para expressar outras relações, principalmente de poder, como se configura na festa dos Santos Reis em Aldeia.

Pensar essa diversidade de perspectivas e interesses que uma manifestação festiva comporta no seu bojo exige uma análise que procure problematizar e refletir as contradições, os conflitos que permeiam as relações entre os diferentes sujeitos que explora o mesmo espaço, a mesma celebração para usos múltiplos; como pontua Guarinello: “toda festa pode, como vimos, comportar uma multiplicidade de sentidos particulares, segmentados, não congruentes, pode ser lida de maneiras distintas por seguimentos distintos dos participantes.”⁹ Nesse sentido, apesar da festa produzir um identidade, isso não pode ser entendida como consenso; mesmo porque, as festas se ressignificam de maneira intensa, criando, recriando, fazendo apropriações diversas, é uma identidade que se constrói a partir das relações sociais em um determinado tempo e lugar, por isso, é dinâmica e móvel.

Organizada durante muitos anos pelos moradores de Aldeia, a festa foi gradativamente se constituindo numa tradição tanto para eles quanto para os frequentadores que se deslocavam de outras partes do município e de cidades vizinhas para participar dos festejos em louvor aos Reis Magos que acontece entre os dias

primeiro e seis de janeiro. Mas, vale ressaltar que as tradições não se constituem em decorrência do tempo de existência das manifestações festivas, nem tampouco pela manutenção de velhas práticas no seu interior, principalmente entre as festas religiosas, mas, sim, pela dinâmica que lhes são atribuídas pelos sujeitos sociais em um dado momento histórico.

Desse modo, pensar as tradições como “constitutivas dos sujeitos,”¹⁰ resultantes de sua capacidade de inventar e reinventar, de suprimir e agregar elementos de acordo com as características do seu tempo, é que possibilita esse dinamismo das tradições festivas, fazendo com que elas se mantenham vivas em novos contextos, ou seja, não existe uma “ditadura” das velhas práticas, elas mudam e recebem outros elementos em função dos sujeitos organizadores em um dado momento, tendo em vista que as festas expressam as características daqueles que as produzem.

Segundo Marta Abreu, “a visão de uma tradição entendida como sobrevivência do passado foi bastante criticada por Thompson e compreendida, em termos políticos, como um local de disputas e conflitos entre interesses opostos”¹¹. O passado e as tradições são revitalizados em função dos interesses do presente, das contradições, das disputas que existem em qualquer manifestação festiva, uma vez que são produzidas a partir de uma relação de força, transformando-se, reconfigurando-se em função do jogo dialético do fazer e do refazer cotidianamente. Por isso, não é possível pensar a tradição como sobrevivência, autônoma, homogênea e estática, desconsiderando a ação e importância dos seus agentes produtores, em função do seu lugar social, político, cultural, para atender as expectativas de uma parcela de consumidores, ou seja, toda tradição é sempre reinventada em função do tempo e dos sujeitos.

A visão das tradições como sobrevivência de um passado linear e rígido foi desenvolvida nos estudos organizados pelos folcloristas ainda no século XVIII, reforçando, dessa forma, a ideia de manutenção e preservação das tradições engessadas em novos contextos, dando ênfase ao resultado e não ao processo de construção das tradições, que é dinâmico e, por isso, não é possível manter as mesmas características em diferentes temporalidades e contextos. Esse olhar dos folcloristas sobre as tradições foi criticado por Néstor Garcia Canclini ao ressaltar que,

(...) Interessam mais os bens culturais - objetos, lendas, músicas- que os agentes que os geram e consomem. Essa fascinação pelos produtos, o descaso pelos processos e agentes sociais que os geram, pelos usos que os modificam, leva a valorizar nos objetos mais sua repetição que sua transformação.¹²

Neste sentido, estudar a festa dos Santos Reis, como objeto de investigação da história, significa que nosso foco de análise não restringe a festa à própria festa, como uma manifestação dada *a priori*, mas, sim, compreender o processo, as transformações, os sentidos diversos empregados por seus frequentadores que direta ou indiretamente contribuem para alimentar a tradição. Além disso, procura perseguir e perscrutar os sujeitos que a produzem, como se apropriam e consomem essa manifestação reveladora de suas práticas religiosas, costumes, enfim, características dos modos de viver e conviver dos moradores da comunidade rural de Aldeia, ou seja, perceber na festa outras “frestas”¹³ que constituem o ato de louvar os Santos Reis.

Pensando a festa dos Santos Reis em função desse processo de reinvenção das tradições, foi possível analisá-la a partir de três temporalidades. A primeira, intitulado **o Bumba-Meu-Boi e a Burrinha de Beira Mar: o tempo da festa organizada pela comunidade de Aldeia**. A festa dos Santos Reis na comunidade rural de Aldeia, inicialmente, foi produzida a partir do esforço coletivo da comunidade com o objetivo de conseguir recursos e destiná-los para a sua realização, utilizando, para isso, diversas estratégias, como a realização de leilões com prêmios doados pela própria comunidade, sair com a Santa Cruz pedindo doações e dinheiro, por conta da falta de recursos financeiros dos organizadores. Nesse sentido, Manoel Quirino, ao descrever a noite de reis na Bahia, enfatiza as características econômicas das pessoas que participava dessa manifestação festiva:

Gente de poucos recursos e de humilde condição social, o povo propriamente dito, é quem se reserva de celebrar, com certo brilhantismo, essa passagem da Bíblia, tão cheia de ensinamentos e encantos para os crentes no catolicismo.¹⁴

Essas atitudes demonstram uma ação efetiva e organizada dos sujeitos constituidores daquela comunidade para celebrar os santos padroeiros, quer seja como forma de pagar uma graça alcançada, quer por um ato de devoção ou simplesmente como forma de garantir a diversão para várias pessoas que frequentavam apenas com o objetivo de compensar o corpo e a alma da árdua labuta diária para garantir a sobrevivência.

Portanto, em função dessa metodologia utilizada pela comunidade para conseguir recursos visando organizar a festa, essa temporalidade também era conhecida entre os moradores como o “tempo da festa de pobre”, porém, isso não implica dizer que existiam duas festas, uma para os ricos e outra para os pobres da comunidade, mas sim, o mesmo momento festivo que agregava os diferentes. Porém, foi denominado

assim em função do seu formato construído a partir do esforço coletivo de homens e mulheres para reunir condições financeiras para organizar essa manifestação festiva e, por fim, louvar e celebrar seus santos padroeiros.

A segunda temporalidade, intitulada, **a contratação dos músicos: o tempo da festa organizada pelos fazendeiros**. Com a proibição pela Igreja Católica dos moradores saírem com Santa Cruz arrecadando donativos e dinheiro para produzir a festa dificultou, assim, a capacidade de ação e articulação dos moradores de Aldeia. Esse cerceamento da Igreja estimulou a ação dos fazendeiros, como os Senhores Vavá Mascarenhas, Gilberto Dias e Gênis Dias, principal líder político da comunidade até o final da década de 1970, a assumirem a condição de financiadores da festa, agregando novos elementos como a contratação de grupos de fanfarras, como o terno do Bonfim de Feira para tocar durante os seis dias de festa, arrastando multidões pelas estradas de chão em visitas às casas da comunidade.

Sobre a participação de Gênis Dias nesse processo de ressignificação da festa dos Santos Reis em Aldeia, o senhor Jovino Frateles ressalta: “O que ele fazia é que os outros pediam pra fazer a festa, e ele podia fazer sem pedir nada a ninguém. Na hora que botava palma e dizia que o tesoureiro era Gênis Dias, pronto! Vinha gente de todo canto pra festa.”¹⁵ Em função do seu poder econômico de proprietário de terras, Gênis Dias dispunha de estrutura financeira capaz de arcar com as despesas da produção da festa desarticulando, de certa forma, o poder de mobilização e articulação da comunidade em criar estratégias diversas para conseguir organizar os festejos em louvor aos Santos Padroeiros. A participação de fazendeiros como Gênis Dias na organização da festa é uma forma de demonstração de poder e demarcação de território, deslocando a festa do controle da comunidade para se tornar uma manifestação para a comunidade, ou seja, algo que vem de fora para dentro.

A terceira temporalidade, intitulada, **das lavagens ao trio elétrico: o tempo da festa organizada pelo poder público municipal**. Até o final da década de 1980, as comemorações festivas em louvar aos Santos Reis, padroeiros da comunidade rural de Aldeia, aconteciam por meio de lavagens dançantes, da presença do bumba-meu-boi, das burrinhas de beira mar e, posteriormente, com a participação do terno musical que vinha do município de Feira de Santana.

A chegada da energia elétrica na comunidade de Aldeia no final da década de 1980, bem como a introdução do trio elétrico nos festejos em louvor aos Santos Reis, representou outra forma de organizar a festa profana sob o controle político de novos

sujeitos que não pertenciam às relações internas da comunidade. A introdução dessas novidades, atreladas ao poder público, deu uma nova dimensão na forma de festejar os padroeiros da comunidade; sob a égide do governo municipal, a organização dos festejos aos poucos foi se desarticulando a participação da comunidade nas ações para prover os recursos para custear as comemorações. Nesse sentido, a organização do evento deixa de ser um legado da comunidade para ser uma festa de fora para dentro, concedida para a comunidade ficando seus moradores apenas como consumidores

A presença do trio elétrico na festa contribuiu para que aos poucos elementos importantes da tradição fossem desaparecendo, como o bumba-meu-boi, a burrinha de beira mar e o terno musical do Bonfim de Feira, lembrados com muita saudade pelos depoentes.

É nesse processo dinâmico de excluir e agregar novos elementos, de mudanças e permanências que compreendemos as transformações que ocorrem na festa em louvor aos Santos Reis, padroeiros da comunidade rural de Aldeia, ali se construiu novos sentidos e significados por novos sujeitos, pois se trata de uma festividade que é móvel, que celebra a diversidade e, portanto, traz no seu bojo as contradições que alimentam as mudanças que geralmente ocorrem em um tempo longo.

Notas

¹ Mestre em História, titulação construída junto ao Mestrado em História Regional e Local, UNEB – Campus V, Santo Antonio de Jesus. É professor da Rede Estadual de Educação, atuando no Município de Cabaceiras do Paraguaçu. Email. asc.brandao@hotmail.com

² PORTO, Guilherme. As Folias de Reis no sul de Minas. Rio de Janeiro. MEC – séc. FUNARTE: Instituto Nacional do Folclore, 1982.

³ BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886-1944. Apologia da História, ou, O ofício do historiador. Tradução, André Telles. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro. 2001. p. 78-79.

⁴ SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: Revista Brasileira de História. V. IX, Nº 19 São Paulo, fevereiro de 1990. p. 220.

⁵ MARCON, Telmo. Memória, história e cultura. Chapecó: Argos, 2003. p. 15.

⁶ SONTAG, Susan. Ensaio sobre a Fotografia. Rio de Janeiro: Arbor, 1981, p. 18.

⁷ JANCSON, Istvan & KANTOR, Iris. (orgs.). Festa: Cultura e Sociabilidade na América portuguesa. 2v. SP: Hucitec, 2001. v. I, p. 7.

⁸ BAKHTIN, Mikhail. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. 6 ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008. p. 07.

⁹ GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, Trabalho e Cotidiano. In. JANCSON; KANTOR. Festa: Cultura e Sociabilidade na América portuguesa. 2v. SP: Hucitec, 2001. v. 2, p. 974

¹⁰ WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

¹¹ ABREU, Marta cultura popular um conceito e várias histórias. In: SOIHET, RACHEL. (org). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. p.91.

¹² GARCIA CANCLINI, Néstor. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade; tradução Heloisa Pezza Cintrão; Ana Regina Lessa; tradução da Introdução

Gênese Andrade.- 4ª Ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 (Ensaio Latino-Americanos, 1) p. 211.

¹³ Ver: CUNHA, Maria Clementina Pereira. (org.) Carnaval e outras F(r)estas: ensaios de história social da cultura. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, CECULT, 2002. p. 12.

¹⁴ QUIRINO, Manoel. A Bahia de Outrora. Coleção de Estudos Brasileiros; série 1ª autores nacionais. Vol. 3. Salvador: Progresso, 1946. P. 29.

¹⁵ FRATELES, Jovino. Depoimento gravado em 25 de dezembro de 2005.